



## MEMORANDO DE ENTENDIMENTO

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, REPRESENTADO PELO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA E O ESCRITÓRIO INTERNACIONAL DO TRABALHO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO REPRESENTADA POR SEU ESCRITÓRIO NO BRASIL ("OIT"), (CONJUNTAMENTE AS "PARTES") PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DE UMA AGENDA DE PROMOÇÃO DA EQUIDADE/IGUALDADE DE GÊNERO E RAÇA NO LOCAL DE TRABALHO,

### CONSIDERANDO,

- O Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências Especializadas e a Agência Internacional de Energia Atômica, assinado em 29 de dezembro de 1964;
- O Memorando de Entendimento que tem por objetivo o Estabelecimento de um Programa de Cooperação Técnica para a Promoção de uma Agenda de Trabalho Decente, firmado entre a República Federativa do Brasil e a Organização Internacional do Trabalho em 2 de junho de 2003;
- A Agenda Nacional de Trabalho Decente, elaborada pelo Governo Brasileiro, lançada oficialmente pelo Ministro do Trabalho e Emprego durante a XVI Reunião Regional Americana, no dia 4 de maio de 2006 em Brasília,
- O Plano Nacional de Emprego e Trabalho Decente, elaborado de maneira participativa e tripartite em 2010 como um instrumento de operacionalização da Agenda Nacional de Trabalho Decente;
- A Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude, elaborada de maneira tripartite e lançada em julho de 2011;





- que o art. 3º da Constituição Federal de 1988 estabelece dentre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil construir uma sociedade livre, justa e solidária; e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- que, desse modo, a Constituição brasileira adotou uma concepção de complementaridade entre igualdade formal e igualdade material, que permite tratamento legitimamente diferenciado a determinados coletivos, com vistas a ilidir desigualdades socialmente construídas e que resultam em restrições no acesso a bens essenciais e direitos fundamentais;
- a importância do fortalecimento da política de autonomia econômica das mulheres que visam desnaturalizar a divisão sexual do trabalho que estrutura as desigualdades na vida das mulheres;
- a importância em contribuir para a eliminação de todas as formas de discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego;
- a necessidade em conscientizar e incentivar práticas de gestão de pessoas e de cultura organizacional que promovam a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres dentro da instituição Ministério Público e empresas contratadas.
- que o Brasil é signatário da Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher (CEDAW), DECRETO Nº 4.377, DE 13 DE SETEMBRO DE 2002, que estabeleceu que os Estados Partes adotarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na esfera do emprego a fim de assegurar, em condições de igualdade entre homens e mulheres, os mesmos direitos, em particular buscando igualdade entre mulheres e homens, com respeito às diferentes orientações sexuais, além da igualdade racial e étnica.
- que o Brasil é signatário da Declaração e Plataforma de Ação da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher de Pequim, <sup>1</sup>que tem por uma das diretrizes o acesso das mulheres ao trabalho decente.
- que o Brasil é signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, aprovada pela Resolução 2106 (XX) da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 21 de dezembro de 1965, e que tem como diretrizes o combate à discriminação racial, em todas as suas formas e manifestações, e a promoção da efetiva igualdade de todas as pessoas;
- que, no Brasil, em decorrência de um processo histórico de submissão e inferiorização, a população negra ainda se encontra sub-representada nos mais diversos setores da vida em sociedade, notadamente nos quadros de servidores da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes da Federação.

<sup>1</sup> Trata-se de um guia abrangente para orientar governos e sociedade no aperfeiçoamento do marco legal, na formulação de políticas e na implementação de programas para promover a igualdade e para evitar a discriminação.

41





-que a Lei nº 12.288/2010 – que institui o Estatuto da Igualdade Racial em âmbito nacional –, no seu art. 39, visa à igualdade de oportunidades para a população negra também no serviço público;

- o início da Década Internacional dos Afrodescendentes, proposta pela Organização das Nações Unidas (ONU), cuja a proposta é reconhecer a desigualdade e a discriminação étnico-racial; promover a justiça, através de medidas especiais e; desenvolver a referida comunidade em seus aspectos econômicos e sociais.

- que o Estado da Bahia declarou adesão formal à proposta da ONU, por meio do Decreto nº 16.320, de 21 de setembro de 2015, que cria a Década Estadual Afrodescendente e institui, no âmbito da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial, Grupo de Trabalho com o objetivo de articular e integrar as ações de Governo que tenham relação com a promoção da igualdade racial a serem implementadas ao longo da Década pelas Secretarias envolvidas.

- que as ações afirmativas são importante instrumento de combate ao racismo e a discriminação e de promoção da igualdade racial e de Gênero sendo consideradas legítimas e constitucionais, diante da realidade sociopolítica e econômica brasileira;

- a criação do Projeto Especial denominado “Programa de Promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo” no âmbito do Ministério Público do Estado da Bahia, com o objetivo de promover a implementação de políticas públicas, ações afirmativas e outras medidas administrativas, com vistas ao combate ao racismo, à promoção da igualdade racial, nos campos da segurança pública, do acesso à justiça e pela melhoria dos serviços prestados.

- o reconhecimento, pelo Ministério Público do Estado da Bahia, de que a promoção da Equidade/Igualdade de Gênero e Raça é uma política essencial para o desenvolvimento e inclusão social, tendo por base medidas voltadas para o acesso equitativo a oportunidades, bens e direitos fundamentais a serem desenvolvidas pelo Ministério Público do Estado da Bahia;

- que o Brasil ratificou a Convenção n. 111 de 1958 da OIT sobre Discriminação em Matéria de Emprego e Ocupação;

- o interesse e disposição das partes em desenvolver ações de promoção da Equidade/Igualdade de Gênero e Raça no âmbito o Ministério Público do Estado da Bahia fundamentado nos princípios estabelecidos pela OIT;

O Ministério Público do Estado da Bahia da República Federativa do Brasil e a OIT firmam o presente Memorando de Entendimento, mediante as cláusulas e condições a seguir:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO**

O presente Memorando de Entendimento tem por objeto elaborar e implementar uma Agenda de Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça no Ministério Público da Bahia para o contínuo empenho institucional em fomentar esta Agenda, com vistas à promoção da cidadania e combate à discriminação no acesso, remuneração,

11

2





ascensão e permanência no emprego, bem como ao compromisso com a igualdade de gênero e raça, priorizando a gestão de pessoas e a cultura organizacional da instituição.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A Agenda de Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça no MP-BA tem por finalidade definir, de forma colaborativa, as prioridades, os resultados e as estratégias de ação para a promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Ministério Público do Estado da Bahia, instituições parceiras e empresas contratadas. Para cada prioridade deverá ser elaborado um plano de implementação respectivo, em consulta com as organizações representativas dos atores envolvidos com o tema.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A Agenda de Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça no MP-BA deve articular-se de forma coordenada com a Agenda Transversal de Políticas para as Mulheres, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial, Agenda de Promoção da Igualdade Racial, o Plano Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, a Agenda Nacional de Emprego e Trabalho Decente e os Estatutos Nacional e Estadual de Promoção da Igualdade Racial com a finalidade de assegurar a coerência entre as diversas agendas de trabalho implantadas no país.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA- DOS ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS**

I- O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA** será representado pelo Procurador Geral de Justiça (PGJ), órgão responsável pela execução das ações decorrentes do presente Memorando de Entendimento;

II- A coordenação será compartilhada entre o Grupo de Atuação Especial em Defesa da Mulher (GEDEM), o Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação (GEDHDIS) e o Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAODH) com apoio das Coordenações de Centros de Apoio e das Promotorias de Justiça inclusive as Regionais do MP-BA;

III-A **OIT** será a responsável pelas ações de assistência técnica a serem desenvolvidas no âmbito do presente Memorando de Entendimento.

#### **CLÁUSULA TERCEIRA- DAS LINHAS DE AÇÃO**

I- As ações referentes a este Memorando deverão desenvolver-se em parceria com os demais órgãos e Unidades do Ministério Público do Estado da Bahia, instituições parceiras e empresas contratadas.

II- Para a execução do presente Memorando de Entendimento, o Ministério Público do Estado da Bahia, representado pelo Procurador Geral de Justiça, com a assistência técnica da OIT, deverá integrar o Grupo Gestor de Promoção da Igualdade Racial e Combate ao Racismo do MPBA à Agenda de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça do MP-BA.

III- O Grupo Gestor a que se refere o inciso II, desta Cláusula, terá o prazo de 60 dias, a contar da publicação deste, para inserir a Agenda de Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça do MP-BA a suas atribuições e ao seu plano de atuação.

IV- O Grupo Gestor terá a finalidade de:

MP

X





- 1- Formular propostas de projetos e atividades para a Agenda Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça do MPBA;
- 2- Realizar os esforços necessários para mobilizar recursos técnicos e financeiros para a implementação das ações propostas;
- 3 - Coordenar e monitorar a execução das políticas, planos, programas, projetos e atividades afins a serem executados;
- 4 - Dirimir eventuais controvérsias entre os membros do Grupo Gestor sobre assuntos e ocorrências relacionadas a este Memorando de Entendimento.

VI- Visando implementar a Agenda de Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça do MPBA, promover-se-á a mobilização, conscientização e organização de seminários regionais voltados ao tema.

a) Compete ao Ministério Público do Estado da Bahia fomentar a mobilização dos participantes e promover a organização dos seminários de forma a contemplar o diálogo social.

B) Compete a OIT participar dos seminários com a presença de representantes ou através de vídeo conferência, proferindo palestras alusivas aos temas, com as datas desses eventos pré-definidos objetivando a realização nas regionais do Ministério Público do Estado da Bahia.

#### **CLÁUSULA QUARTA- DA EXECUÇÃO**

Para a execução das ações ao abrigo do presente Memorando, as Partes definirão de comum acordo os termos de referência específicos estabelecidos nas formas de cooperação técnica.

PARÁGRAFO PRIMEIRO- Os termos de referência deverão descrever os objetivos, os resultados esperados e as obrigações e responsabilidades de cada uma das partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO- Quaisquer implicações financeiras decorrentes da implementação das ações a serem desenvolvidas no âmbito do presente Memorando, ficam sujeitas à disponibilidade de recursos das partes, e serão definidas caso a caso por meio de instrumentos específicos, respeitadas as normas e regulamentos internos das partes.

#### **CLÁUSULA QUINTA- DA EXTINÇÃO**

O presente memorando poderá ser rescindido de pleno direito ou denunciado, mediante comunicação prévia de uma parte à outra, por escrito, com antecedência mínima de 30 (Trinta) dias, sem prejuízo das ações em andamento.

#### **CLÁUSULA SEXTA- DA VIGÊNCIA**

O presente Memorando entrará em vigor na data da sua assinatura e terá vigência até Dezembro de 2018, podendo ser prorrogado por igual período, mediante prévia concordância das partes, lavrando-se, nessa hipótese, o competente Termo Aditivo.

41

48





#### CLÁUSULA SÉTIMA- DA IMUNIDADE DA OIT

Nenhuma das provisões do presente memorando poderá ser interpretada como recusa de quaisquer privilégios e imunidades dispensados à OIT.

#### CLÁUSULA OITAVA- DA SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

As partes se empenharão em dirimir amigavelmente as controvérsias ou reclamações advindas do presente Memorando de Entendimento.

#### CLÁUSULA NONA- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Para as questões não previstas no presente Memorando de Entendimento, aplicar-se-ão as disposições do "Acordo Básico de Assistência Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Organização das Nações Unidas, suas Agências especializadas e AIEA" de 29 de Dezembro de 1964, igualmente sendo aplicável a "Convenção de 1947 sobre os Privilégios e Imunidades dos Organismos Especializados", e seu anexo I relativo à OIT.

Salvador, 01 de DEZEMBRO 2015, em 3 (Três) vias originais,

MARCIO JOSÉ CORDEIRO FÁHEL

PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA

PETER POSCHEN

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO

Testemunhas:

Thais Dumê Faria (OIT)

Clodoaldo Silva da Anunciação (MPBA)

Márcia Regina Ribeiro Teixeira (MPBA)

Livia Maria Santana e Sant'Anna Vaz(MPBA)



## PORTARIA Nº 295/2015

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE

Designar os servidores Susi Delgado Cardoso, matrícula 352.303, e Gustavo de Souza Rocha, matrícula 352.391, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 154/2015 - SGA, relativo fornecimento de água mineral para a Promotoria de Justiça de Porto Seguro.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 18 de dezembro de 2015.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

## PORTARIA Nº 296/2015

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE

Designar os servidores Raianna Silveira Gomes, matrícula 353.285, e Leila Morais Silva, matrícula 352.306, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 151/2015 - SGA, relativo à prestação de serviços de mensageiro motorizado para a Promotoria de Justiça de Caetité.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 18 de dezembro de 2015.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

## PORTARIA Nº 297/2015

O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO ADMINISTRATIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais,

## RESOLVE

Designar os servidores Weder Rodrigues da Silva, matrícula 352.103, e Jacqueline Moura Bastos de Souza, matrícula 352.435, para exercerem as atribuições de fiscal e suplente, respectivamente, do contrato nº 155/2015 - SGA, relativo à prestação de serviços de mensageiro motorizado para a Promotoria de Justiça de Irecê.

Superintendência de Gestão Administrativa do Ministério Público do Estado da Bahia, 18 de dezembro de 2015.

Frederico Wellington Silveira Soares  
Superintendente de Gestão Administrativa

**RESUMO DE MEMORANDO DE ENTENDIMENTO**

Processo: 003.0.244482/2015.

Partícipes: Ministério Público do Estado da Bahia e Escritório Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Objeto: Elaborar e implementar uma Agenda de Promoção da Igualdade/Equidade de Gênero e Raça no Ministério Público da Bahia para o contínuo empenho institucional em fomentar esta Agenda, com vistas à promoção da cidadania e combate à discriminação no acesso, remuneração, ascensão e permanência no emprego, bem como ao compromisso com a igualdade de gênero e raça, priorizando a gestão de pessoas e a cultura organizacional da instituição.

Vigência: Da ata de assinatura até dezembro de 2018.